

O processo de identificação do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: relato de experiência

The process of identifying the archive of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: experience report

Patrícia Ladeira Penna Macedo¹
 Jacqueline de Araújo Cunha²
 Pedro Simões Neto Segundo³

Resumo:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) possui um vasto acervo, mas carece de organização sistemática. Este relato de experiência apresenta a metodologia de identificação documental aplicada ao acervo do IHGRN. O trabalho envolveu o levantamento e descrição dos documentos, buscando compreender sua tipologia, contexto de produção e condições de conservação. A partir dessa identificação, foi criada uma tabela de metadados para subsidiar a elaboração do quadro de arranjo e orientar futuras ações de preservação e acesso. O relato evidencia a importância da aplicação de metodologias arquivísticas para a recuperação e valorização de acervos históricos, contribuindo para a difusão do conhecimento e a proteção do patrimônio documental.

Palavras-Chave: preservação documental; organização arquivística; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; acervos históricos; identificação documental.

Abstract:

The Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) holds a vast collection but lacks systematic organization. This experience report presents the document identification methodology applied to the IHGRN collection. The work involved surveying and describing the documents to understand their typology, production context, and conservation conditions. Based on this identification, a metadata table was created to support the development of the arrangement framework and guide future preservation and access actions. The report highlights the importance of applying archival methodologies for the recovery and enhancement of

¹ORCID- <https://orcid.org/0009-0003-8215-3763> Vínculo institucional - Departamento de Ciência da Informação - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Formação: Graduação em Arquivologia – Doutorado em Ciência da Informação
 Lattes- <http://lattes.cnpq.br/8774777542544081> Email: patricia.macedo@unirio.br

²ORCID- <https://orcid.org/0000-0002-1058-4260> Vínculo institucional - Departamento de Ciência da Informação - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Formação: Graduação em Biblioteconomia – Doutorado em Ciência da Informação
 Lattes- <http://lattes.cnpq.br/9945640747181562> Email: Jacqueline.cunha@ufrn.br

³ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6539-2007> Vínculo institucional: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte Formação: Análises e Desenvolvimento de Sistemas – Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI – UFRN Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0372769633984906> e-mail: pedrosimoesns@gmail.com

historical collections, contributing to knowledge dissemination and the protection of documentary heritage.

Keywords: document preservation; archival organization; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; historical collections; document identification.

1 Introdução

A preservação do patrimônio documental é um dos pilares para a manutenção da memória histórica e cultural de uma sociedade. No contexto brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado em 1902, possui um vasto acervo composto por documentos, fotografias, mapas e publicações que retratam a história e a cultura do estado. No entanto, a consolidação deste patrimônio demanda ações contínuas de organização e conservação dos documentos, a fim de garantir não apenas sua preservação física, mas também o seu acesso a pesquisadores, estudantes e ao público em geral.

O presente artigo relata o trabalho realizado no arquivo histórico do IHGRN com vistas a sua organização. Como recorte optou-se por relatar o processo de identificação documental realizado no arquivo do IHGRN, destacando sua importância no processo para tomada de decisões nas escolhas procedimentais com vistas à elaboração do quadro de arranjo e ações de preservação.

Este trabalho, iniciado no ano de 2024, é fruto de uma parceria entre o Instituto e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do projeto de extensão “Organização e Divulgação do Arquivo IHGRN”, onde busca-se tratar o acervo arquivístico da instituição composto por 463 caixas que totalizam aproximadamente 65 metros lineares de documentos.

Este arquivo de grande importância histórica reúne documentos que datam desde o final do século XVII e atualmente encontra-se fechado, em virtude de nunca ter sido objeto de um tratamento sistemático de organização.

A parceria entre o IHGRN e a Universidade configura uma ação extensionista de grande relevância, pois não apenas possibilita a aplicação do conhecimento acadêmico em um ambiente externo com impacto social significativo, mas também transforma a instituição em um laboratório prático para a construção do conhecimento científico, permitindo a vivência e a resolução de desafios reais.

Nesse contexto, a proposta de intervenção resultante dessa parceria viabiliza a ampliação do acesso a um acervo historicamente restrito, por meio da aplicação de

conhecimentos teóricos desenvolvidos nos campos da arquivologia e da gestão documental. Em contrapartida, esse acervo se torna um espaço dinâmico para a implementação de práticas concretas de organização, preservação e difusão da memória coletiva, consolidando a interseção entre teoria e prática na salvaguarda do patrimônio documental.

Este relato de experiência apresenta a metodologia de identificação documental adotada como etapa inicial da organização do acervo do IHGRN. A iniciativa visa estruturar uma tabela de dados que possibilite o mapeamento do acervo, servindo como referência para todas as fases do processo de organização e tratamento documental. Além disso, essa tabela atuará como uma solução provisória para a recuperação dos documentos até que seja elaborado um inventário completo, conforme os parâmetros da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Esse procedimento não apenas contribuirá para a preservação e disseminação dos documentos, mas também garantirá a continuidade do acesso à informação, promovendo a valorização do patrimônio histórico.

2 O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: breve histórico

Os institutos históricos e geográficos no contexto brasileiro apareceram ainda no século XIX em um movimento intelectual que buscava a construção da noção de nação brasileira. De acordo com Guimarães (1988), esse evento iniciou-se com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, no ano de 1838. A missão dos intelectuais envolvidos em torno da sua criação era

à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação [...]. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras (Guimarães, 1988, p. 6).

De acordo com Callari (2001, p. 60), durante muitos anos, o IHGB foi a única instituição dedicada à produção do saber histórico brasileiro.

Credenciada a representar toda a nação, reunia em seus quadros a nata da sociedade e da intelectualidade da época, aglutinando membros locais, sócios efetivos, e de outras partes do País e do mundo, sócios correspondentes.

Foi somente em 1862 que surgiu outra instituição de moldes semelhantes, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), cuja atuação se concentrava na região.

Posteriormente, outras instituições de base local começaram a ser criadas pelo país, como o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em 1869; o Instituto do Ceará, em 1887; o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e o Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo, ambos fundados em 1894; o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 1896; além do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, estabelecidos em 1900 (Institutos..., 2024).

Todos os institutos locais, por um lado, buscavam se alinhar ao modelo estabelecido pelo IHGB, o que pode ser constatado pela semelhança entre estatutos, formato das revistas e intercâmbio entre seus membros. Por outro lado, empenhavam-se em destacar aspectos específicos da história local, enfatizando a relevância da região na construção da história nacional (Callari, 2001).

Seguindo esse movimento, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) foi fundado em 29 de março de 1902 por um grupo de intelectuais liderado pelo desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos.

Sua fundação foi gerada por uma disputa territorial entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, conhecida como Questão de Grosso. Esse conflito se arrastava desde o período colonial, tendo como principal motivação o interesse pelo governo cearense de possuir mais terras para a criação de gado e conseguir uma localização estratégica para a produção de sal, um dos principais itens para suas charqueadas⁴.

A disputa acabou sendo levada ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde começou uma grande batalha jurídica e documental entre os Estados.

O jornal A República, após a assinatura do protocolo, relatou que a decisão do Arbitramento seria proferida conforme o Direito, em face das valiosas provas apresentadas. Essas valiosas provas seriam grande empecilho para o árbitro **do Rio Grande do Norte, que não contava com praticamente nenhum documento para apresentar ao seu favor**. O estado ao qual representava não dispunha de alguma instituição que atentasse à coleta e arquivamento de provas que poderiam interessar para comprovar a posse do território contestado pela outra parte (Fernandes, 2016, p. 44, grifo nosso).

Com tal fato evidenciado, o então governador Alberto Maranhão comissionou diversos intelectuais da época para procurar provas documentais do pertencimento da região disputada ao Rio Grande do Norte. Entre os comissionados estavam o desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos e o deputado federal Augusto Tavares de Lyra.

⁴ Por charqueada entende-se a área da propriedade rural onde se produz o charque, uma carne salgada e seca ao sol.

Vicente de Lemos, natural de Recife (PE), foi até sua cidade natal para realizar a pesquisa na qual foi comissionado, em especial no Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano (IAGP), onde teve contato com alguns de seus contemporâneos da Faculdade de Direito de Recife e foi apresentado melhor ao íntimo da referida instituição e percebe a necessidade de tal instituição em terras potiguares.

Após o término da maior parte da sua pesquisa no Recife, viajou ao Rio de Janeiro, para organizar com Augusto Tavares de Lyra, que fazia o mesmo trabalho de pesquisa na capital federal, os documentos que reuniram para entregar ao conselheiro Coelho Rodrigues. Desse trabalho em conjunto nasce um respeito e admiração mútua, gerando uma amizade que perdurou ao longo da vida de ambos (Simões Neto Segundo, 2022, p. 100).

Enquanto reúnem, organizam e transcrevem o material que irá compor a defesa do Rio Grande do Norte utilizado por Coelho Rodrigues e Rui Barbosa, respectivamente, Vicente de Lemos idealiza a criação do IHGRN com Tavares de Lyra, que passa a ser um articulador do movimento.

Com a instituição fundada, os primeiros itens de seu acervo documental são as transcrições realizadas pelos seus sócios acerca da Questão de Grossos, visto a participação de vários deles na busca por informações durante a disputa.

O pesquisador Olavo de Medeiros Filho registrou que durante o início das atividades do IHGRN, grande parte da documentação do poder público e de outras entidades foram encaminhadas para a instituição (Morais; Oliveira, 2005), o que pode ser corroborado pelo fato de Vicente de Lemos ter sido nomeado como agente auxiliar do diretor do Arquivo Público Nacional por nomeação datada de 26 de junho de 1905, objetivando a análise, seleção, transcrição e envio de documentos pertinentes para o órgão.

Outro detalhe que confirma o fato expressado por Olavo de Medeiros é que, segundo Simões Neto Segundo (2022), Vicente de Lemos passou cinco anos (1908-1913) realizando a catalogação e acondicionamento dos itens do Arquivo Público Estadual, comissionado pelo governador Alberto Maranhão. Porém não se tem notícia de quando ou por que o órgão foi extinto, apenas há detalhes da criação de um órgão similar pela Lei n.º 4.742 de 18 de maio de 1978 (Rio Grande do Norte, 2024), ou seja, setenta e quatro anos depois da fundação da primeira entidade.

Nos primeiros anos após sua fundação, o Instituto passou por três espaços temporários. Tavares de Lyra, enquanto governador do Estado, em 1906, mandou construir um prédio na Rua da Conceição, n.º 622, Bairro de Cidade Alta, no centro de Natal, para ser a sede da instituição,

após dois anos o local ficou pronto. Mas, o Supremo Tribunal de Justiça do Estado teve problemas em sua sede e as duas instituições passaram a dividir a construção.

Com o crescimento de seu acervo, em 1926, o IHGRN se transfere para uma casa na mesma rua, só retornando ao antigo prédio em 1938, com a doação definitiva dele pelo interventor federal do Estado, Rafael Fernandes Gurjão.

A partir dessa estabilidade quanto às duas últimas sedes do Instituto é que os sócios percebem a necessidade de se organizar os acervos, culminando na criação do cargo de diretor de biblioteca, arquivo e museu e seu adjunto no estatuto de 1927, sendo o primeiro diretor Câmara Cascudo e o adjunto Antonio Soares.

Art. 30 - Ao Director da Bibliotheca, Archivo e Museu compete:

- I Organizar pelo systhema mais aconselhado a Bibliotheca, o Archivo e o Museu do Instituto, o seu catálogo e a sua escripturação;
- II Fiscalizar o seu regular funcionamento, permittindo ou prohibindo o ingresso nas respectivas secções;
- III Dirigir os empregados e instruirl-os nos seus deveres;
- IV Cumprir e fazer cumprir os regimentos que foram organizados pela Directoria.

§ Unico - Ao adjuncto do Director da Bibliotheca incumbe substituir o Director nos seus impedimentos e faltas e ausiliar-o nas suas atribuições (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1927, p. 11).

Apesar do disposto em seu estatuto, só se tem registro de uma organização do acervo no final da década de 80, quando o pesquisador Olavo de Medeiros Filho assumiu a diretoria de biblioteca, arquivo e museu.

Antes desse fato, o único registro encontrado foi de um parecer técnico assinado pela bibliotecária Zila Mamede, constando que para organizar o acervo do IHGRN, deveriam ser contratados pelo menos cinco bibliotecários e vinte assistentes para trabalhar ao longo de cerca de cinco anos. Além disso, o parecer consta também uma extensa lista de materiais necessários para a preservação e restauração de itens do acervo.

Olavo de Medeiros Filho, juntamente com funcionários cedidos pela Fundação José Augusto, conseguiram organizar o arquivo do IHGRN visando a utilização prática de seus itens para a pesquisa. Estava organizado pela tipologia documental, reunidas em caixas-arquivo de acordo com o assunto tratado.

Segundo Morais e Oliveira (2005) o arquivo ocupava cerca de vinte e cinco metros lineares e continha documentos relativos aos três grandes períodos do Brasil: colônia, império e república. Abrangendo registros dos poderes civil, militar e eclesiástico.

No tocante à vida religiosa, existem no Instituto Histórico documentos relacionados com batizados, casamentos e óbitos ocorridos na capitania, a partir de 1727. Registros da Folha Eclesiástica (1770). Visitas de Bispos (1744). Documentação vinculada à reforma procedida na nossa Matriz, em 1782, na qual se faz referência ao fato de que o prédio da mesma Matriz apresentava as dimensões de uma capela de engenho (Morais; Oliveira, 2005, p. 494).

Com o falecimento de Olavo de Medeiros, o arquivo entrou em um estado de desordem. Documentos anteriormente organizados passaram a ser misturados, mal armazenados e difíceis de localizar. Além disso, segundo relatos de antigos sócios do instituto, sem um diretor presente diariamente, também houve episódios de furtos no acervo e toda essa situação comprometeu a continuidade das pesquisas.

Em 2018, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) celebrou um termo de fomento com o IHGRN visando à organização do seu acervo, porém, ao analisar o estado do arquivo, com registros e listagem desatualizadas, onde foi encontrado um cenário com mais materiais que não constavam nos registros, foi decidido que, em virtude de questões técnicas como a falta de profissionais especializados e também temporários, os esforços deste convênio seriam concentrados na organização do acervo bibliográfico e museológico.

Vale destacar outra iniciativa de tratamento do acervo realizada entre 2019 e 2020, viabilizada por meio do apoio do Arquivo Municipal da Arquidiocese de Natal (AMAN). Nesse período, foi realizada a higienização completa do acervo arquivístico, medida essencial para sua preservação. Como parte dessas ações, o AMAN concedeu o empréstimo de mesas de higienização, permitindo a limpeza minuciosa dos documentos e seu adequado acondicionamento, contribuindo para a sua conservação a longo prazo. Além disso, esse processo viabilizou a digitalização de parte do acervo, especialmente dos itens em estado físico comprometido, assegurando tanto o acesso à informação quanto a preservação do conteúdo, prevenindo sua perda definitiva.

No entanto, após esse processo, o acervo ficou mais alguns anos fechado, principalmente durante a pandemia da COVID 19⁵, quando o fechamento do arquivo intensificou os desafios para a preservação e acesso ao acervo. Além disso, o acervo passou por

⁵ A pandemia de Covid-19 foi oficialmente declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, três meses após a identificação do primeiro caso da doença na cidade de Wuhan, no sudeste da China. Desde então, a Covid-19, doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, disseminou-se por dezenas de países, infectando mais de 655 milhões de pessoas, com os Estados Unidos registrando o maior número de casos (Gutiarrá, 2025). Diante da ausência de um tratamento eficaz e de medicamentos específicos para o combate à doença, além de seu alto grau de transmissibilidade e letalidade, diversos países, incluindo o Brasil, adotaram medidas rigorosas de distanciamento social para conter a propagação do vírus. Entre essas medidas, destacaram-se o lockdown, o fechamento de estabelecimentos comerciais e a implementação do trabalho remoto.

sucessivas tentativas de organização, adotando padrões metodológicos diversos dos preceitos tradicionais da arquivística, mas tais iniciativas nunca foram finalizadas, o que comprometeu a continuidade e a eficácia dos processos de reestruturação.

Diante desse cenário, em 2024 iniciou-se uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) via projeto de extensão desenvolvido com professores do Departamento de Ciência da Informação (Decin), que visa organizar o acervo arquivístico do IHGRN. Este projeto envolve a estudantes da graduação e da pós-graduação que em conjunto com professores e pesquisadores buscam possibilitar o futuro acesso ao acervo.

Como parte das ações voltadas à sua organização e preservação, identificou-se a necessidade de um trabalho sistemático de identificação documental. Dessa forma, foi realizado um levantamento detalhado para compreender e representar a estrutura dos documentos, as atividades que os originaram e os contextos arquivísticos que permeiam sua gênese. Esse processo revelou-se essencial não apenas para a estruturação do acervo, mas também para a definição de estratégias adequadas de organização e conservação, assegurando sua longevidade e acessibilidade futura.

Na próxima seção, apresentamos o processo adotado e as decisões metodológicas que nortearam esse trabalho, de modo que esse relato possibilite a replicação da metodologia em contextos similares.

3 Processo de identificação documental no IHGRN

Conforme exposto anteriormente, o arquivo do IHGRN permaneceu por muitos anos fechado e sem qualquer organização sistemática. Essa situação se agravou durante a pandemia, quando o fechamento do espaço intensificou os desafios relacionados à preservação e ao acesso ao acervo. Além disso, ao longo do tempo, foram realizadas sucessivas tentativas de organização, muitas das quais adotaram metodologias distintas dos preceitos tradicionais da arquivística. No entanto, essas iniciativas não foram concluídas, comprometendo a continuidade e a eficácia dos processos de reestruturação do acervo.

Diante desse cenário, inicialmente buscou-se realizar um trabalho de identificação documental no IHGRN, de forma a possibilitar a existência de um levantamento do acervo, com o objetivo de compreender e representar a forma na qual o documento se apresenta, a atividade que o gerou e os informações contextuais identificados durante o processo.

A relevância da contextualização é destacada por Thomassen (2006, p. 11), que argumenta que a informação é essencial para evidenciar a capacidade dos documentos de representar a atividade que lhes deu origem.

O contexto sócio-político, cultural e econômico, finalmente, é tudo aquilo que influência os fatores *ambientais*, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos. Arquivos não podem ser interpretados corretamente sem informação relacionada aos seus contextos. **Informação contextual deve, portanto, ser incluída no sistema de informação do qual os arquivos formam parte** (Thomassen, 2006, p. 11 - grifo nosso).

Nesse sentido, partiu-se para a realização de um estudo tipológico com o intuito de aprofundar o conhecimento das ações e atividades que dão origem aos documentos em si. De acordo com Oliveira (2012), essa identificação é bastante relevante uma vez que

O estudo do tipo documental permite analisar aspectos não explicitados na estrutura do documento, fornecendo elementos para compreender o comportamento da sociedade, ou de seus segmentos em determinadas situações (...) a identificação dos tipos documentais adequada, demonstrando seu vínculo com a atividade ou ato que dá origem à criação do documento, oferece aos usuários amplas possibilidades de abordagem dos arquivos, seja para a história social, a psicologia ou a cultura (Oliveira, 2012, p. 83-84).

Este método, segundo Rodrigues (2011) aparece inicialmente na literatura arquivística nos anos 80,

como resultado de experiências metodológicas desenvolvidas por grupos de arquivistas que se formaram em países ibero-americanos para solucionar problemas de acumulação de documentos em arquivos, contexto em que se inserem as práticas espanholas e brasileiras, nosso objeto de estudos. Na Espanha, nos anos 90, o conceito foi incorporado pelo Diccionário de Terminología Archivística, resultando na publicação de artigos e manuais especializados. No Brasil, o conceito aparece no Dicionário Brasileiro de Terminología Arquivística, publicado em 2005. Ambos se referem à identificação como fase do processamento técnico, de tipo intelectual, que tem por objeto de estudos o órgão produtor e os documentos gerados no exercício de suas atividades (Rodrigues, 2011, p. 559).

A inclusão da tipologia documental possibilitou a adoção de parâmetros metodológicos para a compreensão e o tratamento dos documentos no acervo do IHGRN. Esse processo permitiu o levantamento de informações essenciais sobre os elementos que caracterizam os documentos arquivísticos, registrando, em um instrumento específico, tanto seus aspectos internos quanto externos.

Foram contemplados elementos de identidade que abrangem desde a estrutura física dos documentos, tais como: gênero, suporte, formato e forma; até seu conteúdo, incluindo função e atividade. Essa abordagem contribui para uma organização mais eficaz do acervo e para a definição de estratégias adequadas de preservação e acesso.

Nesse sentido, o levantamento de informações sobre os elementos que caracterizam os documentos, desde sua estrutura física até seu conteúdo, subsidiaram a pesquisa realizada para a criação de uma proposta de tratamento técnico, ou seja, um trabalho de investigação que foi registrado em instrumentos específicos, com campos pré-definidos, o que viabiliza a recuperação sistemática das informações, conforme é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 1 – Tabela dos campos de identificação dos documentos do IGHRN.

Nome do campo	Descrição do campo
Número	Representa a numeração sequencial ou o identificador único atribuído a cada documento no acervo, facilitando sua localização e referência no sistema de organização
Quantidade de Páginas	Indica o total de páginas que compõem o documento. Essa informação auxilia na verificação do tamanho físico do acervo.
Código do Documento	Trata-se de um identificador alfanumérico exclusivo, designado a cada documento para garantir sua rastreabilidade no sistema de gestão do acervo.
Assunto/Título	Descreve o tema ou a designação principal do documento, oferecendo uma visão resumida do conteúdo e facilitando a indexação e a busca por parte dos usuários interessados no assunto.
Ano	Registra a data de criação, publicação ou referência temporal do documento, permitindo a contextualização cronológica
Local	Especifica o local de origem ou a localidade associada ao documento. Pode indicar a cidade, região ou instituição onde o documento foi produzido, contribuindo para a contextualização geográfica do acervo.
Características Gerais	Contém informações descritivas sobre os atributos físicos e formais do documento, como formato, tipo de suporte, dimensões e técnicas de produção, aspectos que influenciam o manejo e a preservação do item
Produtores	Identifica as pessoas, instituições ou órgãos responsáveis pela criação do documento. Esse metadado é importante para entender a origem do item e estabelecer relações de autoria e produção documental.
Estado de Conservação	Descreve a condição física do documento, apontando eventuais sinais de deterioração, danos ou intervenções realizadas. Essa avaliação é fundamental para orientar ações de conservação e restauração.
Notas	Utilizado para registrar observações adicionais e informações complementares que não se enquadram nos demais campos, como detalhes específicos sobre intervenções anteriores, particularidades do item ou quaisquer dados relevantes para a compreensão e utilização do documento.

Fonte: Autoria própria (2024)

A elaboração desta tabela nos possibilita identificar uma série de dados essenciais para a organização arquivística eficiente. A partir deste conhecimento será possível elaborar um quadro de arranjo para o acervo. Esta que é uma estrutura representacional lógica do acervo e que deve em primeiro lugar espelhar o produtor e seus documentos, destacando suas atividades e funções, assim como os vínculos internos e externos aos documentos.

O instrumento elaborado durante a etapa de identificação viabilizará o acesso ao acervo enquanto o processo de descrição documental não for concluído, permitindo a recuperação das informações. O acesso aos documentos arquivísticos é uma preocupação central tanto para a instituição quanto para a arquivologia, pois essa é uma de suas funções sociais fundamentais. Ao garantir que o patrimônio cultural seja compreendido dentro de seu contexto de produção e utilização, assegura-se não apenas sua preservação, mas também sua disponibilidade para pesquisa e difusão do conhecimento.

Também foi dada especial atenção ao estado de conservação dos documentos, com a inclusão de um campo específico para a descrição de suas condições atuais. Essas informações possibilitam a identificação das medidas necessárias para a preservação do acervo, incluindo a quantificação dos itens que demandam intervenções de restauração. Além disso, orientam a definição de estratégias técnicas para o acondicionamento adequado, considerando a diversidade de tipos documentais presentes, como relatórios, atas, recortes de jornais, periódicos completos e diplomas.

Esse mapeamento ainda permite estabelecer prioridades de preservação, viabilizando a implementação de um plano de ação direcionado e a alocação eficiente de recursos para a conservação do patrimônio documental.

Por fim, destaca-se a importância de conhecer em profundidade o acervo arquivístico do IHGRN e o conteúdo de suas caixas, uma vez que esse conhecimento é essencial para a compreensão integral do acervo e dos contextos que o envolveram. A análise detalhada dos documentos possibilita a identificação de suas especificidades, abrangendo tanto seu estado físico quanto suas características organizacionais originais. Esse entendimento é fundamental para orientar intervenções precisas de preservação e organização, garantindo a salvaguarda e a acessibilidade do acervo a longo prazo.

4 Considerações finais

Como mencionado ao longo deste relato de experiência, o conjunto de campos de identificação desenvolvido para esta proposta de intervenção tem desempenhado um papel central na organização e no acesso ao acervo. Sua elaboração teve como base a metodologia de identificação documental, que integra elementos da Diplomática e da tipologia, de forma a demonstrar como a contextualização dos documentos é fundamental para um trabalho mais profundo de pesquisa e crítica sobre sua gênese.

Além disso, a identificação permitiu detectar os vínculos presentes nos documentos, revelando sua organização interna, a atividade que os gerou e os contextos arquivísticos que permeiam sua produção. Este processo também foi importante para a definição de estratégias de conservação, priorizando ações de preservação para os materiais em estado mais precário, como aqueles já sinalizados com riscos de deterioração física.

Este projeto ainda está em execução, com as próximas etapas voltadas para a criação do quadro de arranjo, que consolidará a organização final do acervo. Embora progressos significativos estejam sendo feitos, as dificuldades enfrentadas neste processo são substanciais. A equipe de trabalho, composta basicamente por pesquisadores voluntários e dois bolsistas da universidade, enfrentam desafios logísticos consideráveis, como a falta de um laboratório de restauração adequado e a ausência de ambiente climatizado para custódia do acervo, fatores que impactam diretamente as condições ideais de trabalho e conservação.

Além destes desafios estruturais, o projeto atravessa não apenas questões técnicas e teóricas, mas também limitações financeiras e de recursos humanos, que exigem soluções criativas e colaborativas para seu pleno desenvolvimento e impacto.

Referências

FERNANDES, Saul Estevam. *O (In)imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o ceará e o rio grande do norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920)*. Natal: Ifrn, 2016. 129 p.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GUITARRARA, Paloma. Pandemia de covid-19. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO BRASIL. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia Foundation, 16 nov. 2024. Disponível em: <https://x.gd/m5g07>. Acesso em: 10 jan. 2025.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Novos Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*. Natal: Typ. D' "A Republica", 1927. 20 p.

MORAIS, Maria Arisneta Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: história e acervo*. Natal: Dei, 2005. 608 p.

OLIVEIRA, L. M. V. de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO. Arquivo Público Estadual suspende atendimento ao público para instalação de nova sede. 2024. Disponível em: <https://www.sead.rn.gov.br/materia/arquivo-publico-estadual-suspende-atendimento-ao-publico-para-instalacao-de-nova-sede/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RODRIGUES, Ana Celia. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. *Anais* [...], Brasília: UNB, 2011. p. 559-571. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/177123>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SIMÕES NETO SEGUNDO, Pedro. O paradigma Vicente de Lemos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 100, n. 1, p. 97-109, nov. 2022.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.5, n.1, p.516, 2006.